



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE – PLANO DIRETOR

PRESIDENTE: ANDREA MATARAZZO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: CEU JAÇANÃ RUA ANTONIO CEZAR NETO, 105
DATA: 06 DE DEZEMBRO DE 2013

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível
- Intervenção simultânea ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki - PT) - Boa noite.

Em nome da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente da Câmara Municipal de São Paulo, eu, Vereador Nabil Bonduki, declaro abertos os trabalhos da 33ª audiência pública do plano diretor estratégico de São Paulo, projeto de lei 688/2013, que trata da revisão do plano diretor de São Paulo.

Já está na mesa o Sr. Gustavo Cartezani, que representa o diretor de executivo da SPUrbanismo, diretor de desenvolvimento da SPUrbanismo, que representa nesta audiência pública, a Secretaria Municipal do Desenvolvimento Urbano e o Edson, Subprefeito de Jaçanã-Tremembé.

Quero agradecer, em primeiro lugar, a presença de todos e dar alguns informes iniciais sobre o processo de debate do plano diretor.

O plano diretor é um projeto que foi elaborado pelo Executivo e que, neste momento, tramita na Câmara Municipal. Ele já foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, que é a primeira comissão que analisa o projeto, o aspecto de legalidade da proposta e, agora, está tramitando na Comissão de Política Urbana, Metropolitana e de Meio Ambiente, da qual eu pertenço e que me indicou para ser o Relator desse projeto.

Ser o Relator significa que um Vereador terá a responsabilidade de fazer uma análise do projeto, ouvir a sociedade, outros Vereadores, o próprio Executivo e eventuais alterações que o projeto possa vir a ter.

Esse projeto, vocês vão ver com a apresentação que o Gustavo vai fazer, aqueles que ainda não participaram de outras audiências públicas sobre o projeto, é complexo, que envolve a Cidade inteira e é de longo prazo. É um projeto da Cidade a longo prazo, aquilo que nós queremos para a Cidade.

E, por ser de longo prazo, é um projeto que, necessariamente, precisa conseguir um grande consenso da sociedade, para que dessa maneira possamos ter projetos para aquilo que vai orientar as próximas Administrações. O plano diretor orienta não só esse governo, como os próximos governos. Por isso, ele precisa ser aprovado com maioria qualificada na Câmara Municipal, ou seja, precisa ser aprovado com dois terços do voto da Câmara, isso significa que esse projeto vai ter que ter amplo apoio da sociedade, porque ela que vai transcender esse projeto. No futuro, poderei não estar mais na Câmara, o Gustavo não estar mais na Secretaria, o Edson poderá não estar mais na Subprefeitura, mas nós, como sociedade, vamos querer que aquilo que se diz venha a ser implementado.

O plano diretor estabelece a Cidade que nós queremos e os instrumentos, a regulação do que vai reger a produção da Cidade, a produção imobiliária, e, também, as ações, ou seja, projetos, programas, obras, o que será feito na Cidade.

É importante dizer para vocês, antes de mais nada, que acontece aqui em Jaçanã-Tremembé, mas esse projeto é para a Cidade como um todo.

Sei que a preocupação de vocês vai ser mais focada na região, mas o projeto de lei trata da Cidade como um todo e questões de outras regiões poderão repercutir aqui e vice-versa, e, por isso, temos aqui essa missão de percorrer a Cidade, ouvindo a população.

Como falei, esta é a 33ª audiência pública, que segue várias outras realizadas em todas as Subprefeituras, e, também, audiências temáticas.

Aproveito para convidá-los para a próxima audiência, pois todos estão preocupados com a macroarea de proteção ambiental – sei que a região tem uma parcela importante que está na macrozona de proteção ambiental, toda a Serra da Cantareira, que comporta a região na face Norte -, na segunda-feira, pela manhã, vamos ter uma audiência pública específica para discutir a macrozona de proteção ambiental. Não só em relação a esta, mas a todo o Município, a região de Parelheiros, Raposo Tavares e outras regiões que estão na mesma condição de macrozona de proteção ambiental. Ali o foco vai ser a discussão dos instrumentos, da maneira como deve funcionar essa macrozona na Cidade.

Hoje, vamos também tratar disso. É um assunto importante da região Jaçanã-Tremembé, mas vamos também tratar de outros assuntos relativos à Subprefeitura e em relação à Cidade como um todo.

Vou passar a palavra para o Gustavo.

Estão trazendo a publicação do plano diretor. Vamos distribuir aqui, mas deve estar chegando. O pessoal deve ter se perdido pelo trânsito. De qualquer maneira, depois da fala do Gustavo, as pessoas que quiserem se inscrever, podem nos procurar na mesa, para poder se manifestar. Tudo o que for falado aqui será gravado, registrado, depois, terá resposta. A participação poderá se dar através do site da Câmara: www.camara.sp.gov.br/planodiretor; vocês vão lá acessar, vai ter um espaço para se manifestar e, dessa maneira, garantir que tudo que for falado passa ser considerado no substitutivo que vamos elaborar. Então, a Câmara vai elaborar um substitutivo, e eu, como Relator, vou sistematizar essa proposta, e nós poderemos incorporar sugestões (ininteligível)

Estamos no horário, mas peço que não se estenda na apresentação, porque no

final da nossa audiência as pessoas vão querer sair.

O SR. GUSTAVO – Boa noite a todos.

(ininteligível)... o plano diretor da Cidade de São Paulo, como é que você, viemos aqui discutir a questão, e gostaria de saber como é que vocês podem colaborar. Sou o Gustavo, da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e fui convidado pela Câmara para fazer essa apresentação. Acho que a gente tem que fazer mais uma conversa, um debate, e eu vou explicar para vocês um pouco dos detalhes do plano diretor, e, depois, fazemos um debate. Vocês opinando, se posicionando.

Acho que todo mundo aqui já teve acesso ao plano diretor, teve acesso a esse plano ao projeto que a gente está propondo? (Pausa) Todo mundo chegou a ler? (Pausa) Então, vou ser breve na explicação e vou me ater a alguns pontos para poder explicar melhor, porque são pontos de dúvidas. Depois da fala de vocês, da reflexão de vocês, a gente faz um debate e explica melhor para quem tiver mais alguma dúvida. Tudo bem? (Pausa) Então, vamos fazer assim.

Vou pedir para me ajudarem com o computador, para mudar.

O PL é o 188, que está dividido em cinco capítulos. Eu não vou explicar esses cinco capítulos. Vou me ater aos pontos principais, principalmente, do capítulo 2, título 2, que é como se organiza a Cidade, a organização territorial; depois, um pouquinho do capítulo 3, depois a interação dos sistemas ambientais e urbanos – sabemos que Jaçanã-Tremembé está totalmente na macrozona ambiental. É uma área delicada da Cidade em relação com os sistemas naturais. E depois, o capítulo 4, de gestão democrática e sistema municipal do planejamento, como é que a gente contribui com o cotidiano da administração da Cidade. Isso é importante.

Aliás, domingo, haverá a eleição dos Conselhos nas Subprefeituras – espero que todos que estão aqui votem, lembrando que todo mundo pode votar em qualquer candidato da Cidade. Moro em Parelheiros, mas quero visitar a minha mãe no Jaçanã e quero votar no meu candidato de Parelheiros, o voto é universal para a Cidade inteira.

- O orador passa a se referir às imagens na tela de projeção.

O SR. GUSTAVO – Aqui a questão da ordenação territorial.

Vou dividir a apresentação em dois momentos: temos mapas de todo o Município –

mapas difíceis de entender, vou explicar na medida do possível; eu trouxe alguns desenhos, como é que a gente está aplicando a regra do plano diretor dentro da perspectiva de reordenamento da Cidade.

A primeira coisa que a gente olha nesse mapa é aquilo que divide a Cidade daquilo que é o sistema ambiental da Cidade. Aquilo que é consolidado, que está estruturado, e aquilo que não está tão estruturado ou que tem critério ambiental muito delicado, que são as macrozonas, e são duas: a de (ininteligível) e a ambiental. Vocês estão vendo uma delimitação vermelha lá na ponta: aquilo é a Subprefeitura Jaçanã-Tremembé.

Vejam que quase na sua totalidade a Subprefeitura está na macrozona ambiental.

- Gravação do som incompatível. Transcrição prejudicada.

nas áreas mais consolidadas, pode-se e deve-se construir. Estão envolvidas questões de emprego, habitação, serviço e comércio.

Na Cidade, andamos por algumas quadras, por quase um quilômetro e não vemos nada. Não há uma padaria, não há uma farmácia, não há nada. Para comprarmos remédio à noite, temos de vir até aqui em bairro. Vemos que não há equipamentos próprios. Por que não há esses comércios e bancos mais próximos de onde moro. Porque há necessidade de haver uma faixa ativa, de uso adequado para cada critério. Há a questão de fruição pública, condição para andarmos.

Há também a questão de incentivo. Podemos falar agora de cota-parte máxima. Quota-parte é dividir o número de unidades habitacionais que existem num condomínio, prédio, apartamento ou conjunto habitacional pelo tamanho do terreno. A ideia é serem colocadas mais pessoas morando no próprio corredor. Precisam criar projetos qualificadores, que qualifiquem a Cidade, com critérios dentro das zonas, das áreas das subprefeituras.

Portanto, se há ali um apartamento muito grande, num conjunto que tem poucas casas, haverá uma cota-parte muito grande do terreno. Cada pessoa usa muito terreno para morar. Quando eu falo de cota-parte mínima, quero dizer que aquele mesmo terreno tem de

comportar mais pessoas. Por exemplo, a minha família tem de usar 30 metros quadrados do terreno. Por outro lado, há famílias que usam cem metros quadrados de terreno. Isso não está correto. Tem de haver certo equilíbrio. Isso é importante, para que haja a cota-parte.

Há lugares onde há muitas áreas de garagens e estacionamentos. A questão é pessoas não saírem todas, ao mesmo tempo, com seus carros. Em final de semana, posso passear, fazer compras de Natal e jantar. Isso é legal. Em dias de semana, será que todos precisam usar o seu carro? Será que pessoas não podem experimentar o transporte coletivo, para chegarem, com mais eficiência, aos lugares? As faixas de ônibus estão aí para isso. Os veículos andam mais rápido nos corredores do que os carros em suas faixas. Então, a ideia é se controlar essa oferta de vagas de garagem. Em certas famílias, cada pessoa tem o seu carro. Cada vez mais, no carro, há apenas uma pessoa. Há pessoas que andam num carro de uma tonelada. Então, a ideia é se compartilhar esse carro ou pessoas usarem o transporte público. A ideia é pessoas usarem mais metrô, trem e ônibus, e menos carros. Poderia haver limitação de vagas em estacionamentos.

Uma coisa importante, no Plano Diretor, é o coeficiente básico, pegando aquilo que eu posso construir, que eu tenho direito, adicionando mais metros quadrados, pagando uma taxa para a Prefeitura, e isso se reverter em escola, posto de saúde, mais ruas, corredores de ônibus, praças, faixas, iluminação pública, drenagem, saneamento, tudo o que precisamos para o nosso dia a dia.

A situação ambiental é como crio ações prioritárias para as áreas verdes. Evidentemente, na Cantareira, há proposta de preservação de praças e parques.

Podemos debater sobre aquecimento de água e saneamento. Como podemos fazer esgotamentos, para não poluirmos as bacias hidrográficas? O esgoto é função da Sabesp, Companhia de Saneamento de São Paulo. Ela não conseguiu ainda oferecer coleta de esgoto para toda a população da cidade de São Paulo. Há áreas que ainda não contam com a coleta de esgoto. Há pessoas que colocam dejetos em córregos de rios. Quando chove, a situação é

ruim. Temos de evitar isso.

Há a questão de resíduos sólidos, lixo e a sua coleta. Para onde é levado o lixo? Não há aterros sanitários nas subprefeituras. Estive em Guaianases. Quem mora ao lado do aterro está mais esquecido. Há questões de doença, saúde pública, pragas, ratos, baratas e cheiro. Quando chove, a água é suja. Precisamos ter clareza quanto à questão do lixo. Os senhores já pensaram para onde vai o nosso lixo, quando o colocamos em saquinhos e quando jogamos aquela latinha de refrigerante, aquele papel ou a embalagem do macarrão? Tudo isso vai andar pela Cidade e será depositado em algum lugar. Tem de haver critério para isso.

Deveria ser aumenta a reciclagem e serem aumentados os instrumentos de melhoria da gestão de resíduos sólidos. Essa é uma proposta para o Plano Diretor. Podemos debater sobre isso.

Sobre o sistema viário, podemos falar sobre avenidas, ruas e espaços viários. Quanto ao transporte coletivo, essa é a nova rede de corredores. Há sistemas de corredores interbairros. Isso seria a ligação dos ônibus com os terminais de alta capacidade, trem e metrô. Criam os corredores de ônibus para pessoas chegarem mais rápido para as diversas partes da Cidade. Isso é um desenvolvimento.

Aqui há os equipamentos urbanos e sociais, como escolas, creches, posto de saúde, tudo aquilo que precisamos para vivermos com qualidade. Aqui estão as questões prioritárias de áreas de risco. Há subprefeituras com algumas áreas de risco.

Podemos democratizar esse sistema municipal de planejamento, participando, como cidadão, no cotidiano, das decisões e do dinheiro que a Cidade arrecada e emprega, no nosso bairro, na subprefeitura e na nossa Cidade. Todos vão ao Centro, em dezembro, na 25 de Março, para comprarem presentes para as famílias. É o lugar onde todos frequentam. O Centro não é de quem mora no centro, é da cidade de São Paulo. Falo dessa região metropolitana, no Estado de São Paulo. Na José Paulino, no Bom Retiro, chegam vários

ônibus, vindos de todo o interior de São Paulo, para pessoas comprarem roupas, tecidos e outras coisas.

A área Central da Cidade é estadual. Ela não pertence a apenas um morador. Então, a discussão que fazemos sobre o Centro é minha, dos senhores, de qualquer um que mora na Cidade inteira. A discussão do Centro, do nosso bairro ou da nossa região é mais difícil. Temos de ter clareza que o Plano Diretor discute as duas coisas, a Cidade inteira, além de discutir as partes específicas. Para isso, temos de criar instrumentos diferentes de como enfrentamos os investimentos e os recursos da Cidade, desde o programa de metas e a discussão do Orçamento. Há também a questão do conselho participativo, que terá eleição nesse fim de semana. Há todos canais e fóruns que temos falado dentro da cidade de São Paulo. Podemos participar da ação e da gestão dessa Cidade. Pode-se desenvolver mais a proposta do fundo municipal de desenvolvimento urbano. Arrecada-se o dinheiro que é investido na Cidade, para drenagens de córregos, parques, praças e corredores de ônibus. Discutimos as questões de planejamento, orçamento e Programa de Metas. Discutimos também uma coisa importante, a questão de instrumentos de monitoramento e avaliação, que são os indicadores. Como discutimos instrumentos que vão avaliar o que está acontecendo hoje aqui e daqui a dez anos? Eu posso conhecer a Sra. Maria, que mora, no bairro, há 40 anos. Ela é memória viva do bairro. Ela vai contar para nós como foi. Não pode ser assim. O bairro tem um desenvolvimento “x” em 2003, e, em 2005, dobrou a sua capacidade, melhorando muito. Vamos discutir esses indicadores oficiais do município. Isso também é importante.

Então, são esses os critérios que estamos falando sobre o Plano Diretor. Tudo isso é bastante complexo e difícil. É uma lei. Não sou advogado. Sou(?) arquiteto e urbanista. Leis existem. É difícil discutirmos leis. Há muitos instrumentos e detalhes. Queremos simplificar as coisas e termos uma conversa franca de soluções e detalhes, para podermos melhorar a Cidade.

Agradeço os senhores por usar a palavra. Estou à disposição, para fazermos um debate positivo aqui.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – O projeto é bastante complexo e difícil de ser entendido em sua totalidade. Vamos usar inclusive essa audiência pública de hoje para esclarecer pontos específicos e eventualmente também avançarmos em relação a pontos que possam ser importantes para a região e que não podem ser tratados(?) como Plano Diretor.

O arquiteto tem uma contribuição muito importante para dar sobre o projeto de lei. Quais são as questões da região que dizem respeito ao transporte, ao uso do solo, diretrizes e projetos que envolvem a região? Em fevereiro ou março, houve uma audiência pública totalmente lotada, quando discutimos o rodoanel. Esse ainda é um grande problema para a região, mas ela tem outros problemas além desse. Podemos aproveitar o dia de hoje para aprofundarmos essas questões.

Tem a palavra o Sr. Edson(?), Subprefeito, para falar sobre questões que S.Exa. considera importante.

O SR. EDSON – Muito obrigado, Sr. Presidente. Boa noite a todos pela presença nessa audiência pública, fundamental para todos nós. É fundamental a discussão do Plano Diretor para a vida da Cidade e para a vida do nosso bairro. Cito aqui um exemplo rápido. A Avenida Lincoln do Valle Pontin pertence a uma ZER, Zona Estritamente Residencial, onde não há comércio. Essa é uma disposição(?) urbana. O fiscal foi lá fazer uma atuação e fechou um sacolão em frente ao bairro. Todos os comerciantes ficaram preocupados. Então, temos de entender que existe uma distorção entre o zoneamento e o uso do solo efetivo. Precisamos criar oportunidades de fazer essa correção. Isso também vai nos permitir a trabalhar. Podemos usar, como método, a estruturação do sistema do Plano Diretor, por meio do sistema viário. Podemos falar do sistema viário da Subprefeitura Jaçanã-Tremembé, em meio(?) à deficiência do ponto de vista do atendimento aos munícipes e do atendimento das atividades econômicas

que aqui ocorrem.

O rodoanel, a obra mais importante que está ocorrendo, sob o ponto de vista do sistema viário, vai atender a um determinado público e não à mobilidade urbana diretamente, ou seja, o ônibus(?) não vai poder circular e nem vai poder atender ao público pelo sistema viário. Então, essa é uma dificuldade. O sistema viário vai atender a máquinas e ao deslocamento dentro da região metropolitana, mas não vai atender ao usuário direto do sistema de transporte coletivo da subprefeitura. Precisamos corrigir isso.

Sob o ponto de vista de grandes empreendimentos, o Governo do Estado está pensando em fazer o Corredor Taboão-Tucuruvi. Não acreditamos que seja interessante o Corredor Taboão-Tucuruvi. Imaginamos que seria mais produtivo o corredor Taboão-Porto, trazendo mais uma estação, pelo menos, do metrô para dentro do tecido da subprefeitura. Digo isso porque o Tucuruvi já está saturado, sob o ponto de vista de estruturação viária e sob o ponto de vista do metrô. Então, poderíamos ser atendidos e fazer um ponto de conexão modal na Manoel Gaia, fazendo esse transbordo de passageiros.

Outro aspecto interessante é a falta de ligação entre o sistema perimetral na altura da borda Norte da cidade de São Paulo. Então, esse corredor Taboão-Porto poderia compor o sistema de deslocamento. (ininteligível) a subprefeitura da região Norte, fazendo com que o rodoanel não vai atender ao usuário do transporte coletivo no seu sistema perimetral. Já que a órbita da Cidade é radial concêntrica, precisamos ter esse sistema atendendo aos diversos modos, passageiros e não só cargas e veículos.

Há outro ponto importante de ligação, a ligação Guarulhos-São Paulo. Há dois bairro, Vila Line e Jardim Cabuçu, que ficaram isolados com a duplicação da Fernão Dias. Essas pessoas da região foram isoladas na cidade de São Paulo e também isoladas, pelo rio, na Cidade de Guarulhos. Então, há necessidade de se fazer uma transposição de São Paulo para Guarulhos e de se fazer uma transposição sobre a Fernão Dias nova, para integrar essa população, que ficou isolada do bairro nessa altura.

Há duas grandes obras de macrodrenagem, que vão colocar as condições de macrodrenagem numa condição de forma mais favorável, reduzindo a quantidade de enchentes para as baixadas. Falo do Córrego da Bacia, o Córrego Tremembé. Sob o ponto de vista habitacional, também precisamos adequar algumas áreas, melhorando as condições, alterando o zoneamento, para se permitir a construção, uma nova oferta ou mais oferta de habitações em algumas áreas. Quanto ao zoneamento, falo de um selo, uma zona de proteção. Em boa parte da região, já não cabe mais essa zona de proteção. Temos de pensar, de forma mais efetiva, na proteção mesmo. É difícil a convivência da proteção ambiental com a propriedade da terra. Como vamos por mim apresentada aquele proprietário que preserva de fato? (ininteligível) IPTU. O cidadão tem de preservar aquela área de proteção, porém ele paga o IPTU integral. Então, acaba havendo algumas distorções na lei de ocupação do solo, principalmente em situação irregular, por conta do não atendimento a essas questões.

—————
Precisamos resolver alguns problemas, sobre distorções do zoneamento. Por exemplo, a Zona Estritamente Residencial já não é mais estritamente residencial. Há também alguns corredores comerciais. A ideia dos corredores é estratégica e vai caber como uma luva naquela questão do bairro.

A Avenida Fagundes, que faz parte de um sistema estrutural do nosso bairro, tem de ter uma largura maior. Ela tem de ganhar capacidade. É um corredor de ônibus. Precisamos trabalhar ali, pelo menos, até o rodoanel. Precisamos também de um corredor de ônibus aqui. Poderia ser interno, de uso mais local e menos de uso regional, como é o Tucuruvi. Está previsto Taboão.

Há também de uma avenida que tem uma largura muito reduzida, havendo uma dificuldade grande de circulação. Talvez possamos pensar alguns binários, que possam melhorar a condição de circulação por ali. Por exemplo, nesse cruzamento, a situação é difícil.

Estamos numa ponte aqui que precisaria ser triplicada. Temos ali o Igarapé-Primavera, uma via local, mas é o único acesso a certos bairros. Temos a Avenida Rocha

Miranda, que é mais larga. Há, na Cidade, alguns bairros mais populosos.

Sob o ponto de vista do transporte, podemos estruturar o espaço da subprefeitura. Também temos dificuldades com o solo para a construção de equipamentos, para atender a essa população. Não conseguimos implantar um ecoponto, por conta da restrição ambiental. Encontramos dificuldades de encontrar áreas para a construção de UBSs, CEUs e EMEIs. Então, precisamos também disponibilizar algumas áreas de equipamentos, para que possam atender à população.

Precisamos ouvir um pouco mais a população. Agradeço a equipe das subprefeituras, que está aqui sempre, prestigiando e nos apoiando e dando suporte. A baixa frequência de hoje é porque temos um esforço concentrado de campanha dos candidatos. Até alguns servidores da subprefeitura vão ter de trabalhar no domingo.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Está conosco aqui o nobre Vereador José Police Neto, também membro da Comissão de Política Urbana. S.Exa. tem colaborado muito com os nossos trabalhos também.

Tem a palavra o nobre Vereador José Police Neto.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – A questão está inaugural ainda, pois ainda não discutimos ainda a questão do rodoanel. O nosso mandato é fundamental. É importante virmos aqui. Vou falar da maior preocupação que temos. Aqui está a divisão das nossas macroáreas. Uma parte quase que total do território, a do Tremembé e a do Jaçanã, estão em macroáreas de proteção. Portanto, fica clara a preocupação que o nosso Prefeito acaba de revelar. Temos um conflito, mas ele deve ser enfrentado com debate, diálogo, sempre preservando a vida atual e a futura. Temos um desafio, a sustentabilidade da Cidade.

Vamos naquilo que o nosso companheiro que o Governo apresentou como a principal inovação que o plano traz para a Cidade, os eixos de estruturação. Podemos mostrar onde o eixo chega e qual o impacto que ele causa no território. Falo do eixo pré-existente. Não

estamos falando daqueles eixos que ainda serão introduzidos. Podemos ver como ele vai se encaixando e qual o impacto causado. Ele vai tocar o lote, virando quadra. Temos de mostrar até onde chega, porque, nessa parte que ele está escuro, vai ser possível um adensamento organizado, aproveitando a estrutura que já está instalada.

Então, é aqui que estamos imaginando que há uma capacidade de desadensar áreas que são adensadas e estão distantes do eixo. Estamos imaginando que essa é a área que terá a maior repercussão nos próximos dez anos, porque, é em cima dela, que o investimento já foi feito. Portanto, imaginamos que as pessoas virão aqui. Portanto, as famílias que ainda moram precariamente no território como um todo.

Vamos mostrar onde estão as ZEIS no território. Um dos debates que estamos fazendo é como trazer as ZEIS para dentro desse eixo de desenvolvimento. Se fecharmos as ZEIS longe do eixo, vamos estar cristalizando a necessidade da Cidade, e a estrutura não chegou onde está a habitação da nossa população. Demos incentivo ao adensamento para o eixo, mas se ele não está desenhado, dentro do eixo, quais são as zonas de interesse social, vamos preservar as áreas de ZEIS, servindo à população, onde ela deveria estar sempre desadensada, indo para dentro do eixo.

Então, o debate que o Sr. Presidente, nobre Vereador Nabil Bonduki está conduzindo é como fazer com que essa área, a qual sabemos que haverá adensamento, tenha nela, porções reservadas para ZEIS, inclusive com uma relação direta daquelas áreas que pretendemos desadensar, em especial, aquelas que estão em área de interesse.

Vemos que há favelas que precisam ser urbanizadas. Temos de fazer um trabalho intenso nessa questão. É importante trabalharmos esse desadensamento para áreas mais ocupadas e o adensamento com essa mesma população, dentro do mesmo perímetro. Trabalhamos dentro das subprefeituras.

Passamos a estudar, com bastantes detalhes, os assentamentos normais que não foram reconhecidos como ZEIS 1 na proposta apresentada. Foi trabalhoso identificarmos, na

Cidade inteira, condições de os assentamentos precários, onde eles estão. Pela última pesquisa, o nosso plano não conseguiu reconhecer isso. Essa questão parece-nos fundamental, ao reconhecermos que basta verificarmos que deve ser ZEIS 1 ou não, ou qual zoneamento está lançado em cima dele. Podemos saber quem são os proprietários dessas áreas.

Talvez o mais importante seja entendermos a dinâmica de desenvolvimento social e econômico da região. Infelizmente, quando se desejou o Arco do Futuro, ela isolou a zona Norte como um todo. Um dos debates que o Sr. Presidente já se manifestou e tem o desejo de fazer é como o desenvolvimento metropolitano, como a macroárea do desenvolvimento metropolitano deve permear a zona Norte. Já iniciamos esse debate em Perus-Anhanguera, mas há também a ideia de ser realizado aqui. Eu apresentei alguns motivos. A ligação com o Rio de Janeiro apresenta alguma importância econômica? A ligação com o mercado, sob o ponto de vista de matéria-prima de Minas e do Centro-Oeste denota alguma importância? A ligação com o Vale, que o Centro Tecnológico de São José dos Campos denota alguma importância? Nós temos aqui uma importância logística? Porque se forem verdade esses elementos, nós temos de pensar esse território com (Ininteligível) a macroárea de desenvolvimento metropolitano. Porque não faz sentido nós apagarmos uma capacidade de desenvolvimento econômico para aí sim trazer o emprego para esta região, se não investigarmos essas potencialidades.

Então, estamos dizendo que o Arco vai precisar de um ajuste. Talvez o Secretário não tivesse ficado muito contente comigo, quando fiz a apresentação do que eu achava do que seriam os dois ambientes que a gente tinha se esforçar, transformaria o Arco numa estrela. E ele ficou bravo porque pensou que tinha alguma conotação política com a estrela.

Mas, na realidade, quando você observa o desenho do Arco de hoje e as duas extremidades que devem ser trabalhadas: eixo de desenvolvimento metropolitano, nacional e quase internacional como imaginamos essa questão do Centro Tecnológico e da matéria prima

que vem do Centro e de Minas, nós damos uma importância nacional para essa região.

E quando nós nos relacionamos com o Aeroporto Internacional de Guarulhos, aí é uma dimensão internacional. Não é diferente quando nós discutimos o eixo de desenvolvimento até Campinas utilizando a Anhanguera e a Raimundo Pereira de Magalhães. Naquele (Ininteligível) ele abre mais uma ponta, e quando se olha um arco e ele passa a ter duas pontas ao norte, naturalmente ele se transforma numa estrela.

Mas essa brincadeira que nós fizemos foi um pouco para trabalhar essa imagem que quando, foi apresentada em forma de arco, você consegue só apontar a questão do desenho quando chegar ao corte do desenvolvimento que a matriz bíblica da Cidade nos dá.

O que estamos trazendo é algo que os bandeirantes descobriram antes de nós, revelou a potencialidade do País, e não dá para nós abandonarmos, imaginando que erraram tanto os desbravadores que o País chegou aonde chegou.

Então, eu queria trazer esses quatro-cinco elementos e essas apresentações, que tentam ilustrar pouco o que o Gustavo apresentou para nós, que acaba repercutindo diretamente no território até para nós refletirmos.

O corredor que é um eixo, como que ele reflete? Até onde ele chega? O quanto ele está distante de nós? Como que nós vamos fazer próximo dele? E como que vamos fazendo essas regras que parecem ser tão intangíveis, tão distantes das nossas mãos, para estar mais próximo das nossas mãos, portanto se aproximando do dia a dia da nossa comunidade.

Outra questão que, com ela finalizo, é que o Nabil tem se esforçado em reconhecer que muitos dos nossos bairros foram totalmente construídos por vias com quadro inferior até dois metros. Esse debate é que vai dizer qual a forma de classificar as vias, que os Planos Regionais e os Planos de Bairro vão fazer, é fundamental para nós começarmos a entender a lógica com que alguns bairros foram construídos e que será impossível não ter nova regra de classificação de via, que permita a bairros que hoje tem um perímetro completo de atividades econômicas dentro dele, passem a ter alguma forma de regularizar essa atividade econômica

muito importante para a dinâmica de um bairro que é completo.

Sei lá o que o nosso Prefeito falou, é a padaria, o cabelereiro, esses perfis essenciais à vida do bairro. É com isso, com essa questão que dá força e vida ao bairro, da força e vida à leitura do território que o Plano Diretor pode transformar a realidade.

Aqui nós temos um conflito com a questão hídrica, tem que trabalhar muito bem com essa questão, porque é de relevo do território, é muito complexa, vai ter uma população que espera a intervenção do Estado e se o Plano Diretor está no Estado, com o Município, Estado-União, mas se o Plano não for dando as fórmulas, vamos ter muita dificuldade de, daqui há 10 anos, com o quadro a fazer esse balanço, com os recorrentes, avaliar esse desempenho, dizendo: “Conseguimos avançar, porque se o Plano não ficar (Ininteligível) dificilmente vamos considerar (Ininteligível)”.

Então, parabenizando muito o Executivo que vem trabalhando, o desempenho do Nabil, mas antes de tudo a presença de vocês, que vieram até aqui e vão poder dar uma contribuição valorosa para o nosso debate.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – O Subprefeito já está pedindo a palavra, mas vou deixa-lo para o final. Eu também gostaria de falar, mas vou fazê-lo no final.

Vou chamar as pessoas que se inscreveram. As inscrições continuam abertas, vou mantê-las abertas até a segunda fala. O Sr. Aparecido Viana Rodrigues, Presidente da Associação Mount Blue.

O SR. APARECIDO VIANA RODRIGUES – Boa noite, eu gostaria de ter o poder da palavra que tem o Police Neto, o Subprefeito Edson. Parabenizo à mesa e aos trabalhos aqui prestados. A última vez que estive aqui falamos do entorno do CEU-Jaçanã, para reformulação desse trecho que realmente causa muito transtorno para a população nos horários de pico.

Também ouvindo os projetos que estão sendo estabelecidos, que estão sendo

colocados. Eu como munícipe, como nós vemos e vivemos o atentar da pouca expressão hoje dentro da plenária, mas temos aqui cabeças de diferentes comunidades que levam para o seu povo o que aquilo que vos traz.

Tenho preocupação com o tempo da execução desses projetos e a colocação que dizem para 10-15-20-30 anos. Não que queiramos ter prioridades, mas na nossa região os projetos e as demandas sejam executadas, lógico que com estudo, com capricho e boa atenção, mas realmente venham a ser executadas. Como o trabalho do Rodoanel, no sistema que tecnicamente não entendo, o sistema de compensações. As compensações do trabalho do Rodoanel deveriam realmente e, de fato, ficarem dentro da região. Sabemos que algumas compensações já sucederam, já aconteceram e foram fora para outros locais, fora do perímetro nosso, que deveriam estar dentro da nossa região.

Não somente construindo mais casas, mas sim para que a população tenha mais lazer, mais esporte. Obviamente moradia dentro dos parques lineares. Principalmente o que estamos discutindo, agora conselheiro do titular e (Ininteligível) ambientais, a implantação do ecoponto.

A dificuldade que temos de modificar as leis para as nossas áreas para que possamos instalar e ter dentro do nosso território Jaçanã-Tremembé o ecoponto que é imprescindível para nós. Há muitos aqui que discutem esse tema sobre os ecopontos.

Por sua vez, venham ser reconstruídos, venham a ser viabilizados, os desafogos da ida e vinda dos caminhões, que para eles é o ponto de encontro, dentro da nossa região.

E realmente eu me alegro muito vendo os projetos, repito que estão sendo colocados, mas que isso se torne real, se torne de fato, e que venham a ser implantados, não atropeladamente, mas que, de fato, aconteça dentro da nossa região, Jaçanã-Tremembé.

Dentre eles a vinda ou que se passe entre Tucuruvi, Cumbica, o metrô. Eu não entendo porque todas linhas de metrô tem que estar no entorno da zona Leste, indo por fora dessa região, ele não possa atravessar Jaçanã-Tremembé, mesmo tendo essa opção de linhas

alternativas para o futuro, quem sabe breve, para a nossa população local.

Nós temos uma população grande, muito grande, que acorda às três e meia, quatro da manhã, para chegar ao serviço às 8h, 10 da manhã. Precisamos realmente que o transporte seja também melhorado na nossa região.

Gostaria de falar um pouco mais, não sei se fui claro. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Eva.

A SRA. EVA – Boa noite a todos, com relação ao Plano Diretor e ao Plano Nacional de Resíduos Sólidos, eles foram construídos quase na mesma época e se pensou que não houve um casamento no tempo. Vou falar daquilo que participei mais, daquilo que realizei ao longo desses treze anos.

Quando pensamos no Plano Nacional de Resíduos Sólidos, discutíamos mais ao nível de Brasília. Eu já estava trabalhando essa questão aqui na cidade de São Paulo muito forte. Eu me lembro. Mas não participei. Muitos não sabiam da importância disso para o nosso trabalho de catadores.

Não nos dedicamos tanto ao Plano Diretor da cidade de São Paulo por não sabermos da importância. Então, vejam bem: a cidade de São Paulo tem 20 mil catadores, é um dado do Movimento Nacional dos Catadores e aqui tem vários tipos de catadores. Há o tipo de morador de rua, problema de saúde com doenças e tudo mais, ele cata e vive no meio da rua mesmo.

Há cooperativas organizadas, do Movimento Nacional de Catadores, que fazem um trabalho diferenciado e há centrais de triagem, que oferecem um trabalho mais ou menos, não tão bom como deveria, mas também por conta das dificuldades.

Então, quando se pensou no Plano Diretor, não se pensou na questão do espaço para essas centrais de triagem. Aí está um problema grande, porque as ruas da Cidade, nos bairros, não são planejadas. Não tem rua com as exigências para fazer as centrais, porque tem que tirar 10 toneladas de plástico, de papelão, tudo 10 toneladas para sair para as empresas.

A cidade de São Paulo não se preparou. Preparou-se para ser uma cidade organizada, mas não pensou na questão das centrais de triagem. Não pensou na questão dos catadores. Acho que isso precisa ser forte hoje no Plano Diretor, fazer essa inclusão de espaços especiais.

Porque hoje nós sofremos muitas perseguições, já sofríamos antigamente, por conta do lixo que só servia para catador, gente suja, que não se cuidava, fazia como podia. Hoje, os grandes, ricos, pobres e classe média estão de olho no ouro do lixo. É que muitos chamam de lixo, mas não é lixo.

Então, está essa briga toda. Acontece que nós acabamos sendo atropelados, já fui atropelada umas 10 vezes, mas somos persistentes, por isso ainda estou nessa luta. Mas está ali, muita gente de fora, que não tem nada a ver, que não é catador, que já vestiu camisa de catador, venceu e que está lutando pelas centrais e pela cooperativa. E o catador não está incluído nessa questão, com bastante dificuldade.

Eu vejo Nabil, acredito muito. Você participou do Governo Marta e fez muito bonito esse Plano Diretor, eu gostaria de um carinho grande de vocês, para essa questão, de pensar nesses espaços e principalmente nessas grandes centrais que venham, mas que nós catadores estejamos lá dentro. Que a gente possa ajudar a fazer essa administração.

Nós temos cooperativas lá na ponta de lá, na zona Norte, do lado de cá, está ficando bastante (Ininteligível) e não está sendo contemplada. Pense nesses espaços para a gente poder utilizar.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Próximo é o Sr. João Santos, assessor do gabinete do Vereador José Police Neto.

O SR. JOÃO SANTOS – Boa noite a todos, quero entrar na questão da gestão democrática, que é o item quatro. A gente tem acompanhado um monte de audiências públicas e eu não tenho falado, mas agora eu estava com meu amigo Alex, como este presidente do

Conselho a criação é recente, é algo que falávamos muito. Tanto o Nabil quanto o Neto são craques nisso, eu queria a posição de vocês: o porquê de tanta - as campanhas na televisão são fantásticas das audiências públicas. Hoje mesmo, logo cedo, eu vi na televisão falando das audiências, de amanhã, tudo isso. Por que não está vindo gente? Por que não tem gente?

Conversando com o Alex nós chegamos à seguinte conclusão, não sei nem se você vai falar sobre isso, se for eu atropelai. Era para estar aqui hoje no mínimo todos os candidatos ao Conselho Participativo de domingo, que já é a participação. Veja se tem alguns aqui? Era para estarem todos.

Quem é candidato aqui? Deve ter por volta de 60-70 candidatos, era para estarem todos aqui.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JOÃO SANTOS – Oitenta e seis. Era para estarem todos aqui no processo participativo da região. Não era para estar em campanha, era para estar aqui, Sr. Prefeito. Com todo o respeito do mundo. E aí o que o Gustavo falou e também tem a questão democrática, você fez a intervenção corretíssima do ponto de vista do conhecimento, qualquer cidadão daquele local pode votar em qualquer candidato da Cidade.

Desconfigurando inclusive o conceito da lei que era a participação e o envolvimento do cidadão no seu distrito para ser votado. E a campanha na televisão fala: vote no candidato do seu distrito. A campanha da televisão do Governo é essa. E o Governo infelizmente desconfigurou o processo da lei que era para você fortalecer a participação da sociedade no seu território.

Talvez esses erros que a gente comete na vida política, levem a população a não estar participando do processo.

Eu tenho ficado muito triste, porque fui a muitas audiências, o mandato do Neto acompanha todas e a frequência é muito pequena.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Em relação à questão da presença eu até acho que – já falei com o Presidente da Câmara, isso foi feito pelo departamento de comunicação da Câmara – há muita ênfase em algumas audiências, mas não em todas.

Amanhã provavelmente teremos mais de 500 pessoas, como tivemos nas zonas Leste e Sul. Então, acredito que nas subprefeituras a divulgação não é tão boa. Até porque não daria para fazer a divulgação de todos os dias. Então, as macrorregionais têm realizado mais a campanha política.

Para nós, inclusive quero dizer, daqui da Câmara mesmo que não tenha tanta gente, se pudéssemos ter um olhar específico da região, as pessoas da região comparecerem como já compareceram algumas questões importantes, isso é bom. Porque quando vêm 500 pessoas é muita gente, muito discurso, vamos ter de aprofundar, como a gente conseguirá aprofundar nessa sessão de hoje.

A Sra. Irani dias, do Movimento de Moradia.

A SRA. IRANI DIAS – Boa noite a todos, sou Irani, Coordenadora do Núcleo de Bairros, da zona Norte, ligado ao MSTC, tenho visto as dificuldades, mas quero me ater da relação percentual da construção da ZEIS 3, que representa o pessoal de zero a três salários mínimos.

Qual é o percentual hoje? A gente ouve falar de cinco, de 50, 60, mas parece que ficou com cinco mesmo. Esse percentual é impossível atender a demanda que tem aqui. Falam do Arco do Futuro, que vai virar uma estrela, mas na verdade, o Arco do Futuro hoje está empurrando a população rumo à invasão dessas áreas ambientais que a gente tanto quer preservar.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – A Sra. Maria Alice Barbosa, do Movimento Sem Terra e Luta por Moradia.

A SRA. MARIA ALICE BARBOSA – Boa noite a todos, sou da zona Norte, também

sou candidata, queria falar do Plano que já foi falado, mas já está na hora de executar esse Plano, e com um olhar mais (Ininteligível) aqui para o (Ininteligível). Nossas áreas Jaçanã-Tremembé já são muito ruins, chegou a hora de parar, mas não tem como sair do lugar, porque o Plano é muito ruim, fraco.

Na minha área (Ininteligível) a cidade cresceu muito em população e as ruas continuaram a mesma coisa, a gente não pode continuar assim. É isso.

Obrigada a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – O Sr. Paulo Roberto dos Santos, da Transcooper.

O SR. PAULO ROBERTO DOS SANTOS – Boa noite a todos, à mesa, Vereador Nabil Bonduki, arquiteto, conhecedor da discussão do Plano Diretor da cidade de São Paulo. O Vereador relator da região do Jaçanã-Tremembé, nós, infelizmente, vivemos uma dificuldade muito grande. Quando o Vereador Police Neto citou da urgência no que diz respeito à captação do viário da região do Jaçanã-Tremembé.

O Prefeito Edson Viana vem discutindo com as associações de bairro, principalmente o que diz respeito ao comércio local. Temos urgência em mudar a classificação das vias locais para vias coletoras.

Temos no distrito seis bairros, perfazendo num total, nesses bairros, para mais de 80 mil pessoas, que são atendidas por uma via local, que é a via Igarapé Primavera. No início da fala do Prefeito Edson Viana ele citou a Paulo Olímpio, onde a ponte deveria ser triplicada e o acesso à Igarapé Primavera é realizado através dessa ponte que deverá ser triplicada.

A Igarapé Primavera é uma via local, que deveria ter a sua categoria mudada para via coletora, onde 80 mil pessoas que moram lá não têm área comercial onde possam realizar as suas atividades diversas, pertinentes ao comércio, por conta de ser via local.

Temos no Jardim Hebron, bairro filho da terra, zona rural, Jardim Palmares, Jardim Felicidade e a Jardim Ataliba Leonel. Só tem mesmo essa via local.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – O Sr. Alex Albuquerque, Federação Paulistana de Associações Comunitárias.

O SR. ALEX ALBUQUERQUE – Boa noite a todos que participam nesta audiência, à mesa, ao Subprefeito sempre participativo na nossa região. Quando ele fala, a gente vê que tem propriedade e conhecimento da nossa região. Cumprimento o Subprefeito pelo trabalho que ele tem feito na região.

Também sou da Fepac – Federação Paulistana de Associações Comunitárias, (Ininteligível) o desenvolvimento urbano e sou do Movimento Unificado de Moradias, com os quais estamos dialogando muito tanto com o Neto, como também com o Vereador Nabil, tivemos uma reunião na qual realmente se discutiu essa questão de moradia, questão de mobilidade. A preocupação que nós temos realmente com o Plano Diretor, com sua integridade, não apenas pensando apenas naquela questão somente de moradia, porque quem mora também quer ter lazer, ter mobilidade, quer ter cultura. Então não é só criar casa, é ter uma estrutura. Então nisso aí que estamos falando, trouxe até um documento, e aí vou ser até rápido nesse documento que nós colocamos, que achamos muito importante, que dentro desse Arco do Futuro que está sendo colocado e projetado, tem uma questão imanente, uma parte, uns 25% desse entrono do Arco seja destinado a HIS, para que quando chegue a estrutura... Porque é assim, quando chega a estrutura, você expulsa, como foi bem colocado pela companheira, está empurrando o povo para o morro. É quando o povo faz a ocupação de área que não deveria ser ocupada. Por quê? Já viveram isso aqui, chegou esse *shopping* aqui, vocês precisa ver o que estamos passando por causa desse *shopping*. A valorização que deu nessa região, IPTU tudo, as pessoas estão tendo que subir o morro porque não tem espaço para elas aqui. Então, quer dizer, as pessoas que estão morando aqui hoje, chegou a estrutura, as pessoas são empurradas da região. Então a gente quer o quê? Que quando você leve a estrutura, leve também HIS, leve também moradia social. Não é só para os ricos, ou para quem

tem condição de bancar. A gente quer ter a condição dessa pessoa morar. Então, Vereador Nabil, que tenha uma ferramenta que quando se coloque num projeto que leve infraestrutura para um local, minimamente tenha uma porcentagem de HIS nessas regiões onde estão levando infraestrutura, porque aí acho que vai ajudar muito esse déficit de moradia. E aí, como o João tinha falado aqui, realmente é o conselho participativo que está aqui, a minha fala é um eco dessa fala mesmo, acho que deveria ter muito mais HIS aqui. Achamos que essa questão de fazer campanha é viável, mas as que estão aqui hoje, não estão fazendo campanha? Não. Deixaram aqui porque isso aqui é o que vai fazer no dia a dia. Aí fala bem de todos esses que vieram aqui. Acho que tem até que haver um espaço para que esses ...(ininteligível)...que estão aqui possam deixar o número deles, porque aqui vão entender que aqui é a região e vão poder votar nesses candidatos que vieram aqui hoje.

Era isso que eu tinha a colocar. Agradeço a oportunidade e é só. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado. Vou ler o documento de vocês, é um documento muito importante que foi entregue. Não temos mais inscritos, então quero fazer algumas colocações, depois passar para o subprefeito e se o Vereador Police quiser complementar mais alguma coisa. Aí deixar para o sábado final, fazer a resposta geral.

As questões importantes já foram levantadas aqui, pelo menos algumas questões importantes foram levantadas. Primeiro, quero dizer que o Plano Diretor dá conta de alguns problemas, não dá de conta de todos os problemas que foram levantados, mas alguns problemas ele dá conta. A questão de resíduos. Essa proposta ainda, essa proposta do projeto de lei, não incorporou ainda o Plano Municipal de Resíduos, mas nas audiências que fizemos há algum tempo na Câmara sobre a questão ambiental, esteve presente o Silvano, que é Presidente da Urbe e antes disso tinha feito uma reunião comigo e aí eu tinha falado para ele que ele trouxe as decisões do Plano Municipal de Resíduos que foi feito com amplo processo participativo e que está praticamente em processo final de conclusão, para que pudesse ser recepcionado no Plano Diretor as questões do Plano Municipal de Resíduos e essa questão

que foi levanta aqui é das mais importantes, mas tem outras questões ainda. Então provavelmente nós vamos ter um Plano Diretor incorporando aquilo que é mais importante, mais estrutural no Plano Municipal de Resíduos. Ele vai ser o Plano Diretor que mais dá conta de questões do Plano Municipal de Resíduos, que foi feito de maneira coerente com o Plano Nacional e, sem dúvida, essa questão vai ser abordada no Plano Diretor.

Além disso, o projeto já traz uma modificação importante que tem a ver com a questão que foi trazida, se não me engano pelo Paulo, que são duas questões correlatas, porquer nós temos hoje muita restrição no zoneamento, não é nem no Plano Diretor, de 2004, temos muitas restrições ao estabelecimento de usos não residenciais em trechos NR 3 de ruas locais e até mesmo NR 2 em ruas locais. No caso, havia um decreto da Secretaria que estabelecia que as centrais de triagem e ecopontos, é inédito isso, para aqueles que não conhecem a terminologia, NF3 são uso que causa muito impacto, causa algum tipo de impacto. Então as centrais de triagem e os ecopontos eram considerados NR 3 e são poucas as ruas que podem receber NR 3. Então a proposta já supera no caso as centrais de triagem, como alguns locais. O Plano Nacional de Resíduos Sólidos já permite que possa se estabelecer maior uso das zonas locais. Então não é mudar categoria. O zoneamento Z2, de 2004, ele foi profundamente teórico nesse aspecto, porque ele definiu que ruas locais não recebessem determinados usos que não foram ...(ininteligível)... pelo local e o texto está correto, mas só em tese, porque a cidade é formada por muitos locais, principalmente na periferia. Então isso o Plano Diretor já traz em consideração. Eu lembro que na época, inclusive na Câmara, nós identificamos esse problema, mas não tínhamos muito como alterar de maneira genérica, porque era uma posição que a secretaria defendia. Então ficou assim e isso causou muitos problemas que faz com que a gente tenha essa realidade hoje na cidade.

Eu não vou falar das ZEIS porque vocês já falaram, falou o representante do movimento, e não tenha dúvida que temos que ter mais espaço para a produção de habitação de interesse social na cidade. Isso, sem dúvida, para mim, inclusive, há necessidade na

macroárea de estruturação metropolitana, deve existir alguma diretriz mais clara que garanta que a área que vai sofrer o processo de reestruturação nos próximos anos, essa é a proposta que deve estar colocada, e aqui na zona Norte em especial, e deve contemplar de alguma maneira, eu acho que é prematura definir ZEIS dentro da macroárea de estruturação metropolitana porque vai ser feito um plano urbanístico, mas tem que se estabelecer uma diretriz que no plano urbanístico que venha ser feito para essa macrorregião garanta alguma porcentagem, ou algum tipo de dispositivo para proteger esse local, porque está numa região privilegiada. Nós só vamos evitar o crescimento de habitação formal na zona de proteção ambiental se nós criarmos habitação mais próxima da cidade e, obviamente, a macrozona de estruturação metropolitana, até mais do que o eixo, ela é muito importante em relação a isso. Os macroeixos são importantes também... (ininteligível)... só para reflexão aqui, o eixos representam, dizem que vai para o centro ...(ininteligível)... eu acho que 10%, 20% ... (ininteligível)... com os eixos. Com as ZEIS, aí vem outra discussão, mas vamos dizer assim, considerando que temos aqui o Plano que fala em 25% da faixa um, portanto 25% de 3%, vai dar menos de 1%. Então é muito pouco o eixo. É importante o eixo? É importante. Nós temos que ver qual é o mecanismo para que se tenha alguma coisa em torno disso, mas é insuficiente, por isso que estou colocando a questão da macroárea de estruturação metropolitana, que é uma área que vai se estruturar, que tem grandes glebas, que tem terrenos vazios, ...(ininteligível)... e parece territórios importantes para ser aproveitado como área de habitação de interesse social.

Falando da macroárea, que eu concordo ...(ininteligível)... sobre isso,mas precisamos discutir melhor as legislações e como isso se coloca, mas não tenho dúvida de que o eixo da Dutra e da Fernão Dias, na verdade precisaria estar incluída na macrozona de estruturação metropolitana, assim como a região do eixo da Anhanguera, da Raimundo e da ferrovia, que é outro lado da zona Norte.

Quer dizer ...(ininteligível)... mas de qualquer maneira eu acho que na verdade, só

para entender, quando nós pensamos o chamado Arco do Futuro lá atrás, lá não era nem arco, depois virou arco ...(ininteligível)... esse arco, a ideia dele é que fosse um arco que tivesse os seus feixes, alguns feixes importantes. ...(ininteligível)... um arco com uma série de aros que partem do arco que partem para regiões que também precisam ser estruturadas. Então, nesse sentido, eu acho que esses dois eixos, noroeste e nordeste, isso evidentemente, que nós tínhamos falado, é justamente...(ininteligível)...

E uma última coisa que eu queria falar um pouco da região, é a própria macroárea ...(ininteligível)... nós vamos ter aí uma reunião importante na segunda-feira para discutir a macrozona de proteção ambiental e as suas subdivisões, porque é engraçado quando a gente olha o mapa que o Salan(?) apresentou, a macroárea de proteção ambiental, ela pega praticamente a subprefeitura, a macrozona de proteção ambiental, me desculpem, pega praticamente a subprefeitura inteira, só que uma boa parte da subprefeitura, a maior parte dela é uma macroárea de redução da vulnerabilidade. Essa sobreposição de redução da vulnerabilidade sobre a macroárea de proteção ambiental a gente precisa discutir bem. ...(ininteligível)... Então nós precisamos discutir melhor isso, para também não ficar, porque estamos criando uma macrozona de proteção ambiental que na verdade ela freia e não mesmo tempo ela não freia, porque já está acontecendo as coisas em cima dela. Precisamos estar precisando melhor essa transmissão, qualificando melhor. Eu não sei nem se ...(ininteligível)... discutir melhor, mas de qualquer maneira entra em competição e vocês sofrem muito com isso, porque tem algumas disposições que não são compatíveis com o uso que acontece na região e que são necessários à região, então tem mais necessidade de equipamentos, embora ela não seja proibido. Porque vejam, aí há uma discussão sobre sobreposição de legislações, e não é proibido, é compatível as Zona Mista de Proteção, não é que ela proíbe equipamentos, só que no processo de implantação de equipamentos acaba se encontrando, acaba criando empecilhos e a coisa começa a se complicar e acaba não se implantando, ou demorando. Por isso eu acho que nós temos que pensar isso aqui para não ter problema, deixar claro o que a

gente quer, como a gente pode fazer algum tipo de sustentabilidade nessa região que é uma região que está sendo usada. Essa transição precisa ser bem trabalhada para também não ficar criando área que tem uma característica no papel, mas, na realidade ela é totalmente diferente.

Era isso que eu queria falar. Tem questões ainda para o nosso debater. Vou passar para o Edson(?), que pediu a palavra desde que começo minha colocação. Ele vai falar, depois o fórum e aí eu termino. Aí depois o Vereador Police ou eu fazemos o encerramento.

O SR. EDSON – O Vereador Police levantou algumas questões importantes que eu não falei, por isso queria falar, mas primeiro queria falar a respeito da divulgação. A audiência pública é uma iniciativa da Câmara Municipal, então é da prefeitura e nem dos nossos candidatos. Acho que os nossos candidatos deveriam conversar e marcar datas, porque fica muito tempestivo marcar uma audiência pública na segunda-feira. Tivemos uma audiência pública no sábado passado e tivemos uma no retrasado. Então os nossos cidadãos estão cansados de muitas audiências públicas, os Vereadores viram a hora do Orçamento, o conselho participativo ...(ininteligível)...então eu acho que a gente tem que nos mobilizar, as subprefeituras não mobilizam para a audiência ...(ininteligível)... essa pessoas fazem efeito multiplicador, pessoas que vieram, que estão aqui, são candidatos que estão presentes em reuniões nas subprefeituras, reuniões ambientais e outras atividades.

Mas eu quero falar do Arco do Futuro. Eu falei com o Secretário Fernando sobre o Arco do Futuro e a gente queria colocar flecha no arco. A flecha é a Fernão Dias, para haver até o Rodoanel um eixo para que se possa colocar ao longo logística, geração de emprego, empórios, indústrias de baixo impacto que tenha a ver com atividade logística, que também entre nesse eixo. A nossa região está perdendo empregos e nós precisamos parar com esse processo de perda de empregos e ampliar os empregos. Nós temos vários imóveis abandonados na área da subprefeitura por conta da legislação ser muito restritiva para implantação de geração de empregos. Como a geração de empregos na região a gente reduz

a demanda por transporte e consegue melhorar a condição e a qualidade de vida.

Com relação a isso ainda, a região logística entra nesse processo, porque nós temos a Fernão Dias, que é um grande eixo, temos a Dutra que está muito próxima, temos Guarulhos, que a primeira cidade em ICMS depois de São Paulo, e também temos um lixo, que é uma indústria nova que nós vamos colocar que é a questão dos catadores, dos processos de triagem que a Prefeitura pretende mandar. Nós temos um parque lá na Vila Maria que vai pegar integrar um desses centros de triagem industrializado. Temos um espaço onde o lixo passa a ser uma indústria, onde os catadores passam a ser operários dessa indústria e entram nesse processo de produção. Precisa montar o lixo. A gente monta o lixo em casa e o processo de desmontar o lixo, que é um processo de composto ao inverso deve ser feito na central de triagem.

Com relação ainda à questão do sistema viário estrutural coletor, só para complementar o que você falou, Vereador Nabil, acho que não é só com o uso que fica restrito a vir a ser coletor, a via ser local coletora, mas é capacidade viária mesmo. A Ushiro Kamia(?) é uma via estrutural e é muito estreita. Tem que ter boa vontade para o ônibus circular nela. Tem que proibir o estacionamento ali ...(ininteligível)... Então a gente precisa manter a capacidade viária e escalonar o modelo de distribuição das pessoas e seus veículos e nos moldes do transporte dentro desse sistema. Enfim, com relação à questão da habitação, a gente tem uma legislação que já permite hoje fazer algumas coisas, mas o emprego tem dificuldade. Temos ido à subprefeitura e temos discutido isso, que tem levado os operários e empresários interessados em outros movimentos a ...(ininteligível)... outros movimentos e o empresário tem ainda um receio de fazer investimento em área de interesse social por conta da legislação, ou do processo de aprovação de licenciamento, que é muito moroso. Então temos que simplificar o processo de licenciamento, melhorar a discussão com o empresário proprietário da gleba para a gente agregar esse valor à sociedade.

Enfim, acho que o Plano Diretor é uma oportunidade que a gente tem e é única, por

isso o pessoal fica ansioso, é única e nós temos que avançar. Eu vou estar presente, o Vereador Nabil me convidou para a reunião de segunda-feira na Câmara para a gente discutir essa questão da macroárea de proteção, e é fundamental essa discussão, eu acho que o direito de perempção pode ser introduzido aí, ou se a gente comprar. O proprietário da terra quer manter a preservação, mas ele precisa do recurso que vale a terra, a gente pode criar um parque estadual. Acho que é um problema que exige algum recurso a médio prazo para a gente comprar a área e agregar, mas começa a definir uma preservação efetiva para a área a ser preservada.

É isso e mais uma vez queria agradecer a presença de todos e agradecer ao Vereador Police que chegou em boa hora e agregou mais qualidade à discussão.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado. Tem a palavra...(ininteligível)...

(NÃO IDENTIFICADO) – Primeiro, obrigado pelas contribuições, é importante para a gente construir esse nosso plano. O plano está em construção, não está acabado, não está pronto. Ele precisa ser melhorado e incrementar o que é bom e ...(ininteligível)... Uma questão é fazer uma cidade mais equilibrada e vamos fazer ...(ininteligível)... e vamos fazer empreendimentos, e vão se preocupar com o meu terreno, com o terreno de vocês, com o terreno do *shopping*, com o terreno ...(ininteligível)... Fazer cidade é muito mais do que fazer empreendimento. ...(ininteligível)...que a nossa cidade participe, quanto se falou em planejamento, em construção? Se falou à vontade e nós cidadãos colocamos como fazer a cidade. ...(ininteligível)... quando acabou o plano é outra utilidade que temos na cidade, nada a ver com o centro.

Eu só vou responder algumas questões que acho que os Vereadores falaram e o subprefeito falou também, mas articulada as ações que a gente quer, em relação à macrorregião da nossa cidade, ações que os nossos vizinhos, os nossos companheiros, os cidadãos de outras áreas, e é muito difícil porque é preciso achar o ponto do meio, o equilíbrio da balança. E essas ações serão para a nossa região, para o nosso bairro, para a região Norte,

para a cidade. Essas ações vão gerar melhor habitação, melhor emprego, infraestrutura, lazer para as próximas gerações. Por isso, quero discutir o aproveitamento do solo da nossa cidade.

Quando falo em Habitação, eu quero morar, e morar numa casa bacana, com comércio ao lado, local em que eu possa pegar o ônibus, o metrô, o carro, possa ir ao parque, ter escola para o meu filho. Morar não é em abrigo... (ininteligível). Para isso, temos aproveitar o solo da cidade, que é caro.

- Trecho ininteligível.

- Gravação de má qualidade. Transcrição prejudicada.

O SR. GUSTAVO - ... porque o solo foi mal aproveitado. Claro que temos de levar infraestrutura para perto das habitações, mas tem de trazer para onde eu moro. Não adianta eu morar bem, tenho melhoramentos e estou feliz. Mas seria mais feliz se eu estivesse – eu, meus filhos, e demais gerações – morando num lugar que já é bom. Todo mundo quer morar bem. Então, é levar infraestrutura para ZEIS, para as áreas menos favorecidas, mas trazer essa população à infraestrutura. Não é só de um lado, é dos dois. Tem que levar, mas tem que trazer, e isso tudo é muito importante. Essa discussão do que pode nas ZEIS é importante. O colega me perguntou se...as ZEIS, a questão da habitação social. O que nos interessa em termos da política para a cidade é... (ininteligível) do déficit habitacional, com casas para morar, habitação com infraestrutura. Para isso foram criadas as ZEIS, uma zona, uma área, um terreno que garante o acesso a terra. Garante como? Garante preço para quem precisa de área fazer habitação para mais gente, é uma promoção pública, como o Minha Casa Minha Vida, CDHU, Cohab, todos que vocês conhecem. E como que garante o preço da terra? Obrigando o dono da terra, se quiser construir um empreendimento privado, tem que destinar uma parte para construção social. Não sei se 50%, 25%, 75% ou 100%. O plano coloca que...

- Trecho ininteligível.

O SR. GUSTAVO - ... terra mais cara. Precisa muito dinheiro para morar no centro? Mas eu vou trabalhar a pé, não fico uma hora e meia, três horas dentro do ônibus, fico esse

tempo com a minha família. Então, para garantir, para viabilizar que as pessoas morem no centro... (trecho ininteligível). Cabe ao Estado, ao município e à União também promover a Habitação. E aí não são 50%, são 100% ou 80% porque no térreo tem padaria, mercado, uma cooperativa, uma oficina mecânica, escola.

Então essa questão de aproveitar o solo é o que interessa, e é preciso reverter. Tem muita gente morando na cidade e morando espalhada. E é juntando que conseguiremos preservar a Cantareira, a Serra do Mar, as zonas ambientais, etc. Não é espalhando, é concentrando. (Ininteligível) ...porque mostra que a ideia é garantir na promoção dos investimentos privados habitação social e aí o uso tem que ser 100%, ou 80%, ou 90%. É importante separar.

- Gravação de má qualidade. Transcrição prejudicada.

O SR. GUSTAVO - O poder público tem que promover a habitação. Ao privado, a gente tenta separar, usar a terra para que ele também produza. Não é só o poder público sozinho que vai produzir. Essa clareza nós temos de ter, e isso está na discussão do Plano Diretor dentro do aproveitamento do solo, morar perto da infraestrutura e levar infraestrutura para perto da onde se mora. Essas duas ações são importantes e estratégicas.

Vamos trazer à discussão o que é HIS. Dividimos em dois momentos: faixa 1 e 2. A HIS de zero a seis é genérica. Vai de 700 a 4.000 a renda mensal familiar. Se eu fizer habitação para todo mundo que ganha 4.000, estou cumprindo com a HIS? Estou, estou dentro dos seis salários. E para quem ganha 700? Essa é a faixa 1, de zero a três salários; a faixa 2, de três a seis. Aí eu garanto que no mínimo metade das HIS tem que obrigatoriamente, na promoção do privado, ser na faixa 1, de zero a três. Isso é importante, pois há muito crédito na praça, está fácil comprar. Agora, quem faz HIS para seis salários está vendendo para quem ganha 4.000, 4.200; e o cara que ganha 700? É importante então dividir e os dois usarem a mesma padaria, o mesmo ponto de ônibus, o mesmo metrô, a mesma escola.

As demais sessões foram vistas pelo Police, pelo Subprefeito, mas queria deixar

claro, agradecer, e dizer que o Plano está em construção, construímos juntos porque é a cidade em que moramos, a cidade que queremos e é isso que temos de fazer.

Muito obrigado.

O SR. NABIL BONDUKI - Obrigado, Gustavo. Gustavo tem sempre feito excelentes apresentações. Agradeço de novo a sua presença.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – São poucos minutos. Segunda-feira, temos uma reunião das mais importantes porque se discute o que se pode fazer na macrozona de proteção ou vão melhorar a fronteira, o desenho ou limite dessa macrozona? Quanto mais se diz que temos de proteger áreas, menos se é capaz de, de fato, proteger. Quanto mais se amplia a área protegida, menor é a capacidade que temos de proteger aquilo que estamos anunciando. Para aquilo que você chamou de ocupação verdadeira e consolidada, temos de tomar cuidado e verificar se não está na hora de dizer que não tem mais nada a ser preservado do ponto de vista ambiental para a carta que anuncia que lá não devia ninguém morar.

Senhores, a cidade é dinâmica, muda. Você pode voltar a 1518, e a Paulista então não devia estar ocupada, mas já está. Não vamos voltar às condições e tirar as pessoas que ali moram, o que é importante se consolidou. O que temos de interpretar é se, de fato, teremos um novo impulso para a área que deve ser protegida se consolidar, essa que devia ter sido protegida, mas não foi, e dá para ser ali sedimentada a população? Ao realizar a devida acomodação do ponto de vista urbanístico, criamos impulso para outras áreas? Precisamos anunciar que outras áreas serão ocupadas habitacionalmente? Essa é a questão. Será que há remanescente de vegetação relevante? Tem cabeceira de drenagem, e na medida em que você retira qualquer composição que ainda tem, haverá erosão? A topografia indica que você tem que impor restrição? Isso é o que discutiremos na segunda-feira. Mas tem algo fundamental que é o quanto temos de trabalhar com o não adensamento das áreas para produzir qualidade dentro dos bairros. Aí temos de buscar uma forma para forçar dentro dos distritos, criarmos ZEIS que anunciem de onde vem a população. Se não, nunca daremos

qualidade aos bairros que foram intensamente popularizados. O pessoal fala que o problema é fiscalização. Muitas vezes tenho tentado explicar que o adensamento se dá onde a população mais reside, na periferia, e muito menos nas regiões em que há verticalização construtiva e não habitacional. Isso mostra que é muito importante ter uma seleção gigantesca de ZEIS dentro do eixo, pois se esse é o gatilho automático, é para lá que irá a população que hoje está mais distante da oferta de estrutura; e dar espaço nas áreas que não têm estrutura para ter qualificação. Se não conseguirmos combinar esses dois efeitos, vamos ter uma intensa e boa ocupação dos eixos, mas não vai servir para o “desadensamento” das áreas. Teríamos de trazer, desde logo, o Minha Casa Minha Vida, pois já superamos o hábito de que Minha Casa Minha vida só serve para casa nova. Ou esse programa serve também à população que se matou ao longo de 30, 40 anos comunitariamente para construir o seu bairro, deve merecer o mesmo aporte de recursos do que aquele que agora está conseguindo ter acesso à terra, via Minha Casa Minha Vida. Se não, olha como é injusto: aquela associação que foi há 30 anos e comprou 80 mil metros, fez a divisão, construiu unidades, mas não conseguiu finalizar o bairro, não pode ter recurso do Minha Casa Minha Vida. Mas aquele que está comprando agora, esse pode. Qual é o sentido?

Se você pode finalizar com um valor de 1/3 da composição total, parece-me absolutamente justo que consigamos via PAC,... (ininteligível).

- Gravação de má qualidade. Transcrição prejudicada.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – ...você pode fechar essa ocupação inclusive com recurso do Minha Casa Minha Vida. A legislação municipal permite regularização fundiária para HIS, a alteração no Minha Casa Minha Vida permite investimento em loteamentos precários. Falta o “desadensar”, se não desadensar tem que tirar. Ao tirar você paga o Bolsa Aluguel, e aí há um montão de família que tem de sair e paga 30, 40 anos de Bolsa Aluguel e fica só queimando dinheiro da Habitação.

- Gravação de má qualidade. Transcrição prejudicada.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Então, também a regra de qualificar os bairros que ainda não estão totalmente regularizados é fundamental. E aqui na zona Norte, que começa na zona Norte-Leste e termina na zona Norte-Oeste, toda ela está permeada com isso.

E fecho com um último desafio: está parada na Assembleia, há sete anos, lei específica para a Cantareira. Ela devia ser o último grande debate para acertar como , ao implantar o Rodoanel, você consegue fazer dois movimentos de contenção. Um são os parques, que necessariamente vão acontecer, e outro é a política habitacional, que ficará ao lado do parque. Caso contrário, vamos ter um custo gigantesco para segurar a população para não chegar ao parque. E parte do Rodoanel cruza áreas intensamente habitadas. Portanto, a tendência natural, caso não haja uma política habitacional, e também que haja ZEIS na região, em especial aonde a estrutura vai chegar de transporte, pois não tem acesso ao Rodoanel, vamos ter de ponderar tudo isso. Temos de ver quais serão os parques que vão proteger a nossa Cantareira: como serão as ZEIS, que permitirão a acomodação das famílias que ainda não foram... (ininteligível).

Então o desafio para a zona Norte é muito grande e temos de nos ater à legislação, à política municipal, e não dá para não envolver o Estado, que tem responsabilidade e muita nesse processo.

Agradeço muito a secretaria, ao Subprefeito que se mostrou muito entusiasmado, participativo; também o Nabil, nosso super guerreiro para conseguir encontrar a todo instante em todo espaço uma oportunidade não só para o debate, mas para resolver outros problemas. Vamos continuar trabalhando.

O SR. NABIL BONDUKI (PT) - Obrigado, Police. Quero fazer minhas últimas considerações.

Antes, porém, agradeço muito os funcionários da Subprefeitura, todos que nos acolheram. Agradeço à assessoria da Câmara, à secretaria, ao pessoal da gravação, da televisão, a Comissão de Política Urbana, a assessoria do Police; o Gustavo.

Queria falar, apesar de as colocações de todos terem sido muito positivas, boas, nos ajudando a pensar mais um pouco no Plano Diretor para esta região.

Police, há muito tempo reivindicamos que se dê prioridade de recursos para regularização, para melhoria nas habitações, e não só as nossas. Inclusive, há vários programas. E quando o programa Minha Casa Minha Vida foi feito acabou privilegiando habitação nova, e essa é uma questão, inclusive, com grande dificuldade, praticamente com muito, quase impossível conseguir apoiar iniciativas em áreas consolidadas... (ininteligível) Essa é uma batalha importante para se travar no Município de São Paulo, que tem muita área já ocupada e que precisa ser reurbanizada, nem sempre com habitação nova. Temos de repensar áreas centrais, os prédios pouco ocupados e os programas federais não dialogam adequadamente com essa realidade.

Quero destacar que outros programas que foram coroados em nível nacional e municipal, como, por exemplo, o Programa de Assessoria Técnica para Habitação, a Lei 11.888, federal; e a lei de minha autoria, não me lembro do número, foi a primeira que aprovei, em 2001, era também assessoria técnica para habitação. Ela nunca foi aproveitada pelo Município de São Paulo, agora até pensei em se utilizar recursos para poder “agilizar” o fundamental, agilizar a possibilidade de assessoria nas áreas já ocupadas, que precisam da presença de um profissional para poder garantir direito a uma moradia adequada, com reestruturação dessas áreas. Esses programas às vezes não andam. Está previsto no Plano Diretor, mas é assim, o papel aceita o programa, mas para viabilizar é difícil, não tem havido prioridade. Vamos ter de continuar insistindo para que possa funcionar.

Não vou me estender, mas quero citar a questão do Rodoanel com a Fernão Dias, que vai mudar muito as condições da Fernão Dias. O trecho da Fernão Dias entre a Dutra e o Rodoanel, vai virar outra região. Muda muito a lógica de localização. Inclusive, como a Fernão Dias é rodovia com muitos acessos, vai ter muito impacto e temos de observar o que vai acontecer. A região vai ter outra entrada, e isso vai gerar fatos, vai gerar valorização imobiliária,

talvez com a expulsão de população de baixa renda, que está no entorno da rodovia. Isso precisa ser protegido. Vai acontecer que, quando chega o benefício, a população vai ser excluída até para outros usos. Ao mesmo tempo em que dizem que é importante trazer o emprego próximo, mas é preciso tomar cuidado para que não acabem expulsando a população. Esse equilíbrio tem de acontecer na região, e esse é um grande desafio.

Convido a todos para participarem da reunião de segunda-feira, vamos tratar de assuntos da região.

Espero que os candidatos a conselheiros consigam se eleger. E aos que participaram, sei que estão preocupados com a cidade para cumprir seu papel no conselho.

Senhores, o Plano Diretor está em processo de aperfeiçoamento. A Câmara Municipal de São Paulo vai oferecer uma versão nova do Plano, claro que guarda relação com a versão antiga, mas há questões novas sendo pensadas. Vamos ter oportunidade então de depois do substitutivo construído para poder ver se o que foi introduzido atendeu melhor as preocupações aqui trazidas.

Obrigado a todos.

Não tendo mais nada a tratar, declaro encerrada a 33ª audiência do Plano Diretor.

(Palmas)